

AFRO-ANTILHANOS EM PORTO VELHO, BRASIL: HISTÓRIA, CULTURA E ALFABETIZAÇÃO

AFRO-ANTILLES IN PORTO VELHO, BRAZIL: HISTORY, CULTURE AND LITERACY

Cledenice Blackman 1

Dagoberto Buim Arena 2

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo 3

Resumo: Este artigo faz uma breve contextualização histórica, a respeito do processo imigratório no início do século XX das Antilhas inglesas para o Brasil, mais especificamente para Porto Velho. O objetivo é analisar como aconteceu o processo de aculturação desses imigrantes, chamados aqui de afro-antilhanos, mas reconhecidos no texto histórico da região de Rondônia como sendo os barbadianos. Dessa maneira, destacamos a relação entre o idioma materno e a língua portuguesa no processo inicial da alfabetização. Os dados foram obtidos e têm origem em fontes bibliográficas, documentos, fotos, um questionário e uma entrevista semiestruturada com dois descendentes da comunidade de Porto Velho, Rondônia. As conclusões indicam o confronto e embaraços dos participantes da pesquisa, quando crianças, quando ingressaram em escolas nas décadas de 1940 e 1970. De um lado, vinham quase ou totalmente alfabetizados em inglês, com o apoio da oralidade do dialeto bajan, e, de outro, eles passavam por novo processo para aprender o português, supostamente para serem alfabetizados, mas, na realidade, eles estavam aprendendo uma língua estrangeira. O processo progressivo de aculturação dos afro-antilhanos e de seus descendentes promoveram a sua rarefação cultural, o apagamento do dialeto, a adaptação de seus nomes familiares e a perda da identidade cultural.

Palavras-chave: Afro-Antilhanos. Barbadianos. Aculturação. Alfabetização.

Abstract: This article makes a brief historical contextualization about the immigration process in the early 20th century from the English Antilles to Brazil, more specifically to Porto Velho. The objective is to analyze how happened the process of acculturation of these immigrants, called here Afro-Antilles, but recognized in the historical text of the region of Rondônia as the Barbadians. In this way, we highlight the relationship between the mother tongue and the Portuguese language in the initial literacy process. The data were obtained from sources such as bibliographies, documents, photos, a questionnaire and a semi-structured interview with two descendants of the community of Porto Velho, Rondônia. The conclusions indicate the confrontation and embarrassment of the research participants as children when they entered schools in the 1940s and 1970s. On the one hand, they came almost or totally literate in English, with the support of the orality of the dialect bajan, and, another, they went through a new process to learn Portuguese, supposedly to be literate, but in reality they were learning a foreign language. The progressive process of acculturation of Afro-Antilles and their descendants promoted their cultural rarefaction, the erasure of the dialect, the adaptation of their family names and the loss of cultural identity. **Keywords:** Afro-Antilles. Barbadians. Acculturation. Literacy.

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Câmpus Marília. Professora de História na Prefeitura Municipal de Porto Velho e Bibliotecária/Documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0546553939356313>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3326-4419>. E-mail: cledenice.blackman@ifro.edu.br

Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Doutor em Educação e Livre Docente em Leitura pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Marília. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019185751164438>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9285-6487>. E-mail: dagobertobuim@gmail.com

Professora Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade do Minho-Braga-Portugal e Professora Assistente Doutora Efetiva da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2632812623662636>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9833-0635>. E-mail: tamb@terra.com.br

Introdução

O surgimento do município de Porto Velho, capital de Rondônia, está entrelaçado à construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, cercada por fatos trágicos, dramáticos e sinistros nas suas primeiras tentativas de ser construída, como registram algumas obras regionais que remontam o final do século XIX e início do XX (CRAIG, 1947; TOMLINSON, 1912; FERREIRA R, 2005). Por isso, a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, considerada um marco histórico para o surgimento da cidade, exigiu a importação de mão-de-obra de diversos países. Destacava-se “um contingente maior procedente das Antilhas e Barbados, onde os salários e serviços oferecidos [...] constituíam grande vantagem [...]” (FERREIRA R, 2005, p. 211), porque havia:

[...] o propósito de construir uma estrada de ferro que contornasse as quedas e corredeiras do alto madeira, bem como estabelecer linhas de navegação possível a jusante e a montante desses entraves. Tal mista de transportes, ligada às linhas transoceânicas que trafegavam entre New York e os portos brasileiros (CRAIG, 1947, p. 5).

Diante desta situação que possibilitou um movimento migratório nacional e internacional para a região, houve a propagação de ocupações profissionais e culturais dos afro-antilhanos em Porto Velho, conhecidos e identificados como os imigrantes das ex-colônias britânicas que vinham para trabalhar nos serviços da ferrovia Madeira Mamoré. Posteriormente fizeram parte do imaginário da sociedade portovelhense, cujos registros estão nas obras regionais em que são nomeados como os *barbadianos*.

Podemos constatar a influência, a representação, a generalização e a manipulação do texto histórico, no que diz respeito a essa comunidade, conhecida, estudada, mencionada, percebida e citada nas obras regionais de maneira muito genérica, porque os empreiteiros e os estudiosos utilizaram-se do termo *barbadiano*, dos imigrantes da ilha de Barbados, para identificar todos os imigrantes negros da América Central de colonização britânica, porém denominados por pesquisas recentes como afro-antilhanos, conforme Blackman (2007, 2015, 2018, 2019). Os construtores da ferrovia Madeira-Mamoré:

[...] resolveram ir buscá-los nos países estrangeiros, principalmente na América central [...] o contingente maior era procedente das Antilhas e Barbados [...] durante o ano de 1910 chegaram a Porto Velho contratados pela companhia, seis mil e noventa homens (6.090) [...], de Antilhas e Barbados, 2.211 (FERREIRA, 2005, p. 211-212).

A comunidade afro-antilhana alimentou também a base social para o nascente município, no início do século XX. Por volta do ano de 1910, “Porto Velho tinha uma população em torno de 300 pessoas. Eram americanos, alemães, ingleses, brasileiros, alguns franceses, portugueses, alguns espanhóis uma **multidão** de negros e negras” (TOMLINSON, 1912, p. 163, grifo nosso). Quando a construção da ferrovia chegou ao final em 1912, muitos estrangeiros conseguiram retornar a seus países de origem, restando um número significativo de afro-antilhanos localizados no *Barbadian Town*, bairro de Porto Velho.

Por meio, da análise de dados obtidos e originários de fontes bibliográficas, documentos, fotografias, um questionário e uma entrevista semiestruturada com dois descendentes de imigrantes afro-antilhanos pertencentes a comunidade de Porto Velho, Rondônia. Observamos a indicação do confronto e embaraços dos participantes da pesquisa, quando crianças, ao ingressarem em escolas nas décadas de 1940 e 1970. Tendo em vista, que vinham quase ou totalmente alfabetizados em inglês, com o apoio da oralidade do dialeto *bajan* praticado em ambiente domiciliar, e, de outro, eles passavam por um novo processo para aprender o português, supostamente para serem alfabetizados, mas, na realidade, estavam aprendendo uma língua estrangeira, sendo assim, a segunda língua. Portanto, com o desencadeamento do processo progressivo de aculturação dos afro-antilhanos e de seus descendentes, somando-se a contribuição da subtração cultural, o desaparecimento do dialeto, a adaptação de seus nomes familiares e a perda da identidade cultural.

Imigração da Comunidade Afro-Antilhana para a Amazônia

De acordo com Blackman (2015), destacam-se como principal motivo da imigração dos afro-antilhanos para Porto Velho a busca por melhores condições sociais, econômicas, porque migrar era uma maneira significativa de ascender socialmente e economicamente:

Com uma densidade demográfica com cerca de 700 pessoas por Km², no período da emancipação dos escravos e um aumento da população desde então, **Barbados não tem estado preparado para produzir oportunidades de emprego**, em consequência, **ocorreram muitas ondas de imigração**. Em tempos diferentes, **imigrantes tinham ido para Trinidad, Guiana, Suriname, América Central, zona do Canal do Panamá, EUA e Reino Unido** (MARCPHERSON, 1963, p.73, grifo nosso).

Ficam evidentes os motivos que incentivaram os diversos negros caribenhos a migrarem para a Amazônia, desde os fins do século XIX. Destacam-se entre eles a falta de oportunidade social, porque estavam sobrando como mão de obra em seus países. Migrar fazia parte do progresso que necessitava de mão de obra, mas, como consequência, “é característico da sociedade capitalista, desde sua origem, a exclusão, isto é, o desenraizamento. É próprio da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas” (MARTINS, 1997, p. 20). Havia, por essa razão, um grande deslocamento de trabalhadores no início do século XX em direção a Porto Velho:

[...] o contingente maior era procedente das Antilhas e Barbados. Vinham em segundo lugar, os espanhóis. Depois, os brasileiros e portugueses, e, em menor número, gregos, italianos, franceses, hindus, húngaros, poloneses, dinamarqueses, enfim, de cada nacionalidade havia representante na construção da estrada, uns em maior, outros em menor número. Mas, de todos os países, ali havia súditos (FERREIRA, 2005, p. 221).

No início do século XX, a comunidade afro-antilhana acabou desencadeando, de certa forma, sua contribuição para o equilíbrio populacional, tendo em vista que a construção da ferrovia era uma obra basicamente constituída pela figura masculina. No entanto, foi dado o direito aos trabalhadores negros ingleses imigrantes das Antilhas de buscar seus familiares. Conforme Ferreira H. (1969, p. 47, grifo nosso), **“somente a eles foi permitido trazerem suas famílias”**.

A ilha antilhana de Barbados, desde as primeiras tentativas de construção da Madeira Mamoré, funcionou como entreposto de descanso, estrategicamente e comercialmente, para os viajantes europeus e estadunidenses (BLACKMAN, 2019, p. 57). Por isso, é provável que muitos afro-antilhanos das diversas ilhas do Caribe dirigiam-se ao porto de Barbados na capital de Bridgetown para buscar contratos trabalhistas nos serviços de construção de ferrovias ou em outros empreendimentos de engenharia. Assim afirma Ferreira H. (1969, p. 47, grifo do autor), ao registrar que os investidores “trouxeram das Antilhas algumas centenas deles, oriundos de Trinidad, Martinica, Granada, São Vicente, Guianas, Jamaica, Barbados, etc. e aqui, na grande Babel reinante foram apelidados de ‘Barbadianos’”. Fica evidente a relevância da ilha antilhana de Barbados diante deste processo migratório que funcionou como um ponto, uma área geograficamente estratégica, de descanso, comércio, suprimentos de materiais e alimentos, além da possibilidade de suprimento de mão de obra necessária aos serviços de engenharia que aconteciam no Brasil, especificamente, a construção da Madeira-Mamoré entre 1907 e 1912.

A imigração da comunidade afro-antilhana para Amazônia, assim como para outros estados no Brasil, a exemplo da corrente migratória dos afro-antilhanos que tiveram passagem

e mantiveram famílias nos estados do Amazonas, Acre, Espírito Santo, Pará e Rondônia, é estudo pouco explorado no espaço acadêmico. Contudo, Pará, Rondônia e Amazônia vêm desenvolvendo pesquisas sobre esta temática, mais precisamente a capital de Rondônia, para onde houve um fluxo significativo de imigrantes. Por isso, podemos considerá-la como sendo o berço desta comunidade no Brasil, tendo em vista que até o presente momento podemos encontrar nomes e sobrenomes vinculados à presença negra do Caribe inglês em Porto Velho (BLACKMAN, 2019, p. 116-119).

Porto Velho era mais um dos destinos nas grandes rotas de deslocamentos das correntes migratórias nacionais e internacionais no contexto de fins do século XIX e início do XX:

Apesar da importância que os fluxos migratórios então assumiram – no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX –, quer sob a forma de intensos movimentos internos, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitiram libertar parte do êxodo rural e povoar os novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores (PEIXOTO, 2004, p. 1).

Até os períodos citados anteriormente, os temas voltados à imigração de grupos etnicamente excluídos do modelo capitalista, conforme Almeida (2001), eram marginalmente retratados. Consequentemente, a história do povo africano, antilhano e outros, era disseminada de maneira homogênea, desconsiderando a diversidade étnica da composição social das diversas nacionalidades, de acordo com estudos de Bhabha (2013, p. 119), para quem essa exclusão não é neutra, mas “uma forma de discurso crucial para ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural”. Contudo, relacionados ao grupo de imigrantes afro-antilhanos “esses processos restritivos tenham sido contrabalançados por uma liberalização inédita no que respeita os fluxos de pessoas (imigrações transcontinentais) e os movimentos de capitais (unificados sob o regime do padrão ouro)” (ALMEIDA, 2001, p. 113).

De certa maneira, os processos migratórios nacionais, internacionais e transcontinentais foram estimulados e utilizados pela política capitalista dos fins do século XIX e início do XX, como forma de delimitação de fronteira, de colonização e exploração, assim como uma maneira de expelir o marginalizado. É em meio a esse momento histórico que a comunidade afro-antilhana inicia o processo de imigração internacional, deixando suas terras natais: Barbados, Jamaica, Guiana Inglesa, Granada, São Vicente e demais ilhas de possessão inglesa, para buscar melhores condições de vida e trabalho no Brasil.

De acordo com Craig (1947, p. 89), “o navio teria que tocar em Barbados [...] o vigia do mastro provocou grande emoção entre os viajantes ao anunciar terra à vista, e, à tardinha, com velocidade reduzida, costeávamos o litoral de Barbados”. Assim, a ilha funcionava como entreposto estratégico ou base de apoio para as longas e cansativas viagens dos vapores que iam e vinham dos Estados Unidos ou Inglaterra para a Região Amazônica brasileira. Outro porto de chegada e saída importante para as expedições na Amazônia era o cais em Belém, porque era através desse “porto que entravam os barbadianos e demais estrangeiros na busca por trabalho nos dois extremos da região, ligada pelo rio-mar Amazonas (Belém/Porto Velho)” (LIMA, 2013, p. 15).

Dessa forma, há bons estudos sobre a imigração e presença da comunidade afro-antilhana na região paraense e rondoniense, mas os estudos e pesquisas sobre a presença desse grupo no Acre¹ ainda são lacunares, tendo em vista, que conseguimos apenas uma matéria encontrada na internet que menciona a presença da referida comunidade em território acreano. É interessante, todavia, analisar os dados sobre esse fluxo migratório no estado do Espírito Santo:

O convite de visitar Barbados me reporta a ter, quando criança, convivido com alguns barbadianos em nossa **ilha de Vitória**, em meados do século XX. O Professor Lionel, por exemplo, que ensinava inglês em nossa casa...Antes da viagem, uma visita ao arquivo público, onde, com a presteza de Agostino

¹ POUÇO se sabe da presença negra no Acre. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/pagina20/20112004/p_0220112004.htm>. Acesso em 27 de nov. de 2006.

Lázaro e do arqueólogo Cilmar Franceschetto, logo tinha às vistas fotos e documentos de barbadianos de quem me lembrava. **Tinham vindo pro Estado em 1924 – em sua maioria – e perfaziam um total de 17 famílias que residiam, originalmente, – quase em sua totalidade, na comunidade de Santo Antônio.** Novamente **refletindo o bom nível educacional da Ilha de Barbados, não havia entre esses imigrantes, analfabetos.** Alguns eram professores, e todos trabalhadores qualificados que logo se empregaram na construção da Ponte Florentino Ávidos, mulheres hábeis, (Renato Pacheco cita os gostosos “quitutes” das Barbadianas”) e que aqui criaram novas raízes, se acapixabaram. Pode um nome ser mais **capixaba** do que o de Hermínio Blackman? Professor, vereador, nome de rua... Um orgulho capixaba que descende desse tronco que a árvore barbuda nos legou. Os cipós que desciam pelas árvores e se enroscavam nela, em Barbados, deram o nome à árvore, e ao país. Assim Portugal deixou aos ingleses, pelo menos o nome da Ilha e nós trouxemos às origens portuguesas esses negros ingleses que aqui se mesclaram com brasileiros, italianos... E são **autênticos capixabas.** Uma dádiva do **Caribe à cultura capixaba** (A CRONICA, 2006, p. 1, grifo nosso).

Apesar do registro acima enfatizar a presença da imigração afro-antilhana para a capital de Vitória em território brasileiro, é importante também salientar, que muitos imigraram para Manaus, conforme “[...] a enxurrada de deserdados e aventureiros que chegavam [...] a caminho dos seringais [...] eram os índios, os mestiços, **os negros de Barbados, os nordestinos**” (SOUZA, 1994, p. 140-141, grifo nosso).

Em conversa informal com familiares de descendência caribenha inglesa, mais precisamente representantes da família Redman, originária de Manaus, foi possível nos certificar que na capital do Amazonas existiu um *bairro barbadiano*, assim como, ocorreu em Porto Velho por intermédio do surgimento do *Barbadian Town*, sendo que os estudos sobre a passagem da comunidade afro-antilhana na região do Amazonas, Espírito Santo e Acre são bastante incipientes (grifo nosso).

O relato a seguir, do senhor Norman Lucien Johnson (1981, apud SANTILLI, 1987, p. 148), imigrante afro-antilhano nascido na ilha de Granada, ferroviário, que trabalhou na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré esclarece, de certa maneira, alguns motivos da imigração para terras estrangeiras.

Eu cheguei em Porto Velho em 1º de março de 1929, vim da Guiana Inglesa, mas sou granadense [...] de Granada fui para Trinidad, trabalhei e depois fui para Guiana Inglesa, passei em casa, voltei para a Guiana e vim aqui (Brasil) em 1929 [...] o pessoal das ilhas pequenas, especialmente a minha – Granada, os jovens, na maior parte, tinham que ir trabalhar em outras terras. Lá não havia fábricas, indústrias, o trabalhador ficava no campo, no roçado, no sítio. Muitos dos meus irmãos [...] foram de Trinidad para Cuba, Venezuela [...].

Portanto, é evidenciado o fator econômico como determinante para estimular o processo de imigração de caribenhos ingleses para territórios estrangeiros.

O Processo de Abrasileiramento da Comunidade Afro-Antilhana em Porto Velho

Neste tópico discutiremos os conceitos de pertencimento, identidade, nação, estrangeirismo e controle linguístico para explicar de forma breve como aconteceu o processo de abasileiramento na comunidade afro-antilhana de Porto Velho.

Os afro-antilhanos ingleses moradores da colônia estrangeira *Barbadian Town* em Porto Velho viveram nesse espaço aproximadamente por um período de 33 anos (1910 – 1943) unidos por meio da cultura caribenha/antilhana em território brasileiro (BLACKMAN, 2019, p. 72).

A situação de unidade cultural estabelecida no bairro *Barbadian Town* tornou-se indício de contravenção de acordo com os discursos nacionalistas, subsidiados pelas políticas e práticas educacionais implantadas a partir da Era Vargas, que serviu como forma de integrar o território

brasileiro, tendo em vista, que a identidade brasileira estava sendo ideologicamente construída. E, assim:

De forma incisiva, através de **legislação específica e da minuciosa Campanha de Nacionalização do Ensino, iniciada em 1938, o Estado brasileiro implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira**, (re)forçando a nacionalização (BOLOGNINI; PAYER, 2005, p. 1, grifo nosso).

Havia, então, uma comunidade em Porto Velho moldada à moda inglesa afro-antilhana. Seus membros representavam o inglês colonizado, haja vista que a terra natal dos imigrantes que chegaram a Porto Velho foi marcada por colonizadores britânicos, conseqüentemente, possuíam mais patriotismo, identidade de pertencimento à Inglaterra (país colonizador) do que pelo continente do qual este negro imigrante era originário, formando, deste modo, um mosaico cultural subsidiado pela “cultura e a identidade” (HALL, 2003, p. 54).

Um trecho retirado de uma carta recebida por Fred Banfield e Louise Banfield, membros da Comunidade Afro-Antilhana em Porto Velho, enviada por Dennis Oval, nascido no Brasil, mas retornou junto com os progenitores para Barbados (BLACKMAN, 2019, p. 75-79).

Confirma o respeito, o patriotismo e o civismo em relação à Inglaterra, ao colonizador:

Ouvimos na rádio que o Hitler disse que a guerra estará terminada em julho e a Alemanha será vitoriosa. O que você acha disso? Na minha humilde opinião, eu considero que ele quis dizer o contrário. É impossível para Hitler e seu Partido Nazista vencer os aliados. O Brasil está apenas aguardando ordens para marchar. O dia em que você ouvir que os Estados Unidos declararam guerra contra a Alemanha o Brasil estará bem preparado para entrar ao lado dos aliados. A Alemanha está dependendo da Rússia para ajuda, mas está desapontada com o militarismo da Rússia. Os Finlandeses estão recrutando seus homens adultos. Ouvimos ontem à noite que os Finlandeses aniquilaram uma Divisão de 20 mil homens junto com munição. Estamos rezando fortemente para que esta guerra termine o mais breve possível. **Embora agora sejam poucos aqui, eu pedi para todos os caribenhos aqui contribuírem para o Fundo da Guerra.** Alguns deles, mesmo no seu estado de penúria, têm correspondido à chamada admiravelmente. Aqui nós temos um número razoável de pessoas a favor da Alemanha entre os nativos (DUBOIS, 1940, apud BLACKMAN, 2019, p. 96, grifo nosso).

O sentimento de pertencimento à cultura do colonizador inglês conseguiu mobilizar todos os membros afro-antilhanos ingleses para arrecadação de dinheiro com objetivo de ser enviado a favor da Inglaterra, em seu esforço de guerra contra o nazismo. Por outro lado, há referência de brasileiros favoráveis ao domínio militar nazista à qual denota distanciamento e resistência dos afro-antilhanos em relação a sua integração à cultura brasileira. Aos poucos, porém, as bases do sentimento nacionalista foram se estreitando entre brasileiros e imigrantes por imposição institucional, apagando e silenciando o estrangeirismo e “esse fato inibiu significativamente a prática das línguas maternas dos imigrantes, marcadamente no domínio público e institucional, sobretudo na imprensa escrita e na escola, mas também no espaço privado” (BOLOGNINI; PAYER, 2005, p. 1).

Por tudo isso, nota-se que a degradação da cultura afro-antilhana inglesa em Porto Velho foi marcada por uma política interna e externa, ou seja, sofreu reflexo da implantação do sentimento nacionalista que teve efeito direto e indireto sobre a cultura da comunidade afro-antilhana localizada em Porto Velho. De forma geral, percebemos a atuação do Estado nacional como agente unificador do território espacial e cultural, agindo como guardião das fronteiras nacionais, porém, aniquilando grupos sociais organizados, com culturas diferentes, como foi o caso do nosso objeto

de estudo. Uma medida política instituída, nesse contexto, foi a desagregação dos estrangeiros em Porto Velho, o que potencializou o desaparecimento do espaço denominado *Barbadian Town* (BLACKMAN, 2019, p. 78-87).

Vale enumerar alguns dos fatores que contribuíram para a desintegração da tradição do falar inglês entre os imigrantes das Antilhas inglesas. Destacamos a política nacionalista, o processo de aquisição de nacionalidade brasileira através da naturalização do imigrantes afro-antilhanos e o casamento entre representantes da comunidade de afro-antilhanos ingleses e brasileiros. Esses fatores colaboraram para o processo de abasileiramento cultural dos afro-antilhanos. É importante enfatizar a predominância na historiografia regional da noção de segregação entre os afro-antilhanos ingleses e brasileiros durante o período de chegada do imigrante e períodos posteriores:

Viveram segregados em razão da religião, da língua, da cor e por constituírem um bairro próprio (*Barbadian Town*) [...]. Em Porto Velho, preservavam-se por meio [...] dos relacionamentos de amizade e, principalmente mantendo-se unidos pela perpetuação da cultura, ao unirem-se em casamentos entre membros das colônias [...]. Esse comportamento prolongou-se por muito tempo, e o casamento de negro com branca (caucasiana) ou cabocla, como eram chamadas as mulheres nascidas na região será observada já na **terceira geração** (MENEZES, 2010, p. 6; 8-9, grifo nosso).

Nesse prisma, prevaleceu na história da formação de Porto Velho uma visão geral de superioridade e segregação dos negros imigrantes afro-antilhanos para com os brasileiros. Acrescentamos que houve imigrantes que se casaram com brasileiros e brasileiras ainda na primeira geração de pioneiros (BLACKMAN, 2015, p. 82).

Figura 1. Fotografia do casal Sr. Calton Shockness e Dona Beatriz



Fonte: (BLACKMAN, 2015, p. 82).

Na foto acima é possível identificar o mister Calton Shockness, nascido em Granada, que foi casado com Beatriz Shockness, uma cabocla da região, junto a sua filha única Raimunda Shockness (criança), atualmente é professora aposentada com 81 anos de idade, nascida em 25 de jul. de 1938 (BLACKMAN, 2015, p. 82). Todavia, esse tipo de relacionamento foi em número reduzido, pois alguns imigrantes vieram casados; outros se casaram na região com imigrantes ingleses do Caribe. Aspectos culturais como a língua dificultaram e contribuíram para o baixo índice de casamentos

entre brasileiros e afro-antilhanos. Mas, isso não significa dizer que não aconteceram matrimônios entre brasileiras versus estrangeiros (vice-versa) ou que vieram surgir casamentos entre estes grupos de nacionalidades distintas apenas na terceira geração de descendentes.

A tabela abaixo registra o casamento de imigrantes ingleses das Antilhas e mulheres brasileiras ou vice-versa. Os dados foram construídos a partir da análise bibliográfica e documental que constam em anexo da dissertação denominada *Do mar do Caribe à beira do Madeira: A comunidade antilhana de Porto Velho* (BLACKMAN, 2015):

Quadro 1. Casamento entre imigrantes afro-antilhanos(as) ingleses e brasileiros(as)

Casamento entre imigrantes afro-antilhanos(as) ingleses(as) e brasileiro(as)				
Nº.	Nome	Nacionalidade	Nome	Nacionalidade
1	Oscar Depeiza Maloney	Barbadiano	Cleta Francisca Maloney	Brasileira
2	Calton Shockness	Granadino	Beatriz Shockness	Brasileira
3	Alexandre Carol Von Oton Denny	Guiana Inglesa	Filomena Suzana Tavares Denny	Brasileira
4	Janeth Alleyne Eduardo	Barbadiana	Samuel Eduardo	Não há Registro

Fonte: (BLACKMAN, 2015, p. 83).

Nossa análise contribui para uma nova perspectiva histórica, ampliando o olhar cultural, pois houveram imigrantes afro-antilhanos que constituíram votos matrimoniais com brasileiras já na primeira geração e vice-versa, ou seja, esses negros mesmo ostentando nomes anglo-saxões e falante de uma língua estrangeira (inglês) não eram tão resistentes ou segregados como demonstra a visão tradicional da historiografia de Rondônia.

Por fim, o que ocorreu é que muitos imigrantes chegavam à região de Porto Velho casados, ligados ao Caribe por laços de matrimônios ou até mesmo com a dificuldade de falar a língua oficial do Brasil. Há indícios de alguns negros afro-antilhanos ingleses “nunca aprenderam o português corretamente [e] falavam muito arrastado” (MENEZES, 1998, p. 44). Tal fato contribuiu para essa visão predominante nos escritos regionais sobre a característica de segregação, porém não passa de um olhar discriminatório, generalizante, global e impreciso, visto que alguns representantes dessa colônia se casaram de fato com brasileiras e vice-versa.

O abasileiramento dos nomes e sobrenomes dos imigrantes afro-antilhanos em Porto Velho teve interferência de alguns fatores sociais como: a) a ideologia nacionalista criada durante o período de Getúlio Vargas, b) os casamentos entre membros afro-antilhanos e brasileiras ou vice-versa, c) devido ao processo de naturalização dos afro-antilhanos para brasileiros:

São brasileiros naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do **Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal**, desde que requeiram a nacionalidade brasileira (DIAS, 2008, p. 1, grifo nosso).

Por conseguinte, havia dificuldade dos brasileiros em pronunciar os nomes estrangeiros, assim como embaraço dos brasileiros em escrever os nomes estrangeiros. Tudo isso favoreceu o abasileiramento dos nomes em inglês:

Nele já aparecem questões muito pertinentes para uma discussão sobre identidade, como a importância da língua nas identificações dos barbadianos e seus descendentes, sendo um elemento recorrente nas suas histórias de vida. Estes últimos receberam dos pais não só os traços físicos, mas também culturais, que revelavam aos outros, por exemplo: ao falar inglês fluentemente (o que garantiu para muitos deles a entrada no mundo do trabalho, tal qual os pais), **ou ostentar nomes ingleses, embora os mesmos acabassem sendo aportuguesados pelas pessoas “que não sabiam pronunciá-los corretamente”** (LIMA, 2006, p; 35, grifo do autor).

Diante do fragmento acima comprova-se a dificuldade que os brasileiros possuíam em pronunciar a língua inglesa, haja vista, que o português foi oficializado como língua oficial no Brasil no ano de 1938, conseqüentemente, observa-se a adversidade dos brasileiros ao pronunciar e escrever os nomes e sobrenomes afro-antilhanos e descendência que foi uma herança da colonização britânica nas ilhas inglesas do Caribe.

Elaboramos uma lista que corrobora na tese de que alguns nomes sofreram alterações e influências dos brasileiros por dificuldade na pronúncia e na grafia dos nomes em inglês.

Quadro 2. Lista de Nomes Abrasileirados – 1ª Geração de afro-antilhanos

LISTA DE NOMES ABRASILEIRADOS – 1ª Geração de afro-antilhanos		
Nº.	Nome Inglês	Conhecido em Porto Velho Por:
1	Calton Shockness	Caetano
2	Fred Banfield	Jorge
3	Raymond Winter	Raimundo

Fonte: (BLACKMAN, 2015, p. 85).

Quadro 3. Lista de Nomes Abrasileirados – 2ª Geração de afro-antilhanos

LISTA DE NOMES ABRASILEIRADOS – 2ª Geração				
Nº.	Pai	Mãe	Filho	Conhecido em Porto Velho Por:
1	Clarence Box	Violeta Jones	Silvestre da Costa	Não Há Registro de Apelido
2	Augusto Siqueira (Squires)	Josefina Siqueira (Squires)	Geraldo Siqueira	Alumínio
3	Charles Natanael Shockness	Catarine Shockness	Irá Eleuza Shockness	Arão

Fonte: BLACKMAN, 2015, p. 85.

Portanto, a construção do discurso cultural nacional foi representada, por intermédio das leis de âmbito geral, na perspectiva educacional a respeito da proibição da língua estrangeira em território brasileiro, assim como a desmobilização, demolição e destituição de comunidades estrangeiras no território nacional (HALL, 2006, p. 50). Esse parâmetro legal e pedagógico encontrou reforço local através da dificuldade dos brasileiros em pronunciar e escrever em inglês. Pois, os nomes serviam de despreço aos brasileiros que acabavam criando apelidos aos afro-antilhanos e descendência.

Resultados e Discussões

O Processo de Alfabetização de Dois Descendentes Afro-Antilhanos em Porto Velho

Os dados aqui apresentados é resultado de uma entrevista que aconteceu, no dia 3 de out. de 2018 em Porto Velho, com um descendente afro-antilhano, bilíngue (inglês e português), o engenheiro civil **Samuel Augusto Siqueira**, este encontro foi realizado na residência do colaborador. É empregado o nome real com sua autorização formal. A transcrição foi realizada em dois dias pela pesquisadora Cledenice Blackman. Realizamos também um questionário preenchido no dia 4 de set. de 2018, pelo descendente **Eduardo Saint Clair Johnson**, bilíngue (inglês e português), profissão: arquiteto. Ambos os descendentes² aprenderam primeiramente a língua inglesa no ambiente familiar e posteriormente, a língua portuguesa. Estudaram na Escola Barão Solimões em Porto Velho durante o processo de alfabetização (grifo nosso).

Dessa maneira, buscamos informações sobre o processo de abasileiramento visando identificar as dificuldades durante o processo educacional, mais especificamente a fase de alfabetização, por meio de memórias dos dois descendentes supracitados, pertencentes à comunidade afro-antilhana de Porto Velho, que teve seu desenvolvimento social e educacional primeiramente vinculado à língua inglesa (materna) e posteriormente ao português (segunda língua) (HALBWACHS, 2006).

Blackman (2007, 2015, 2019) considera este sistema de rarefação cultural linguística como sendo abasileiramento, enquanto Lima (2006, 2013) refere-se ao tema como sendo aporluguesamento.

Na entrevista e no questionário, observamos duas situações aparentemente antagônicas sobre as dificuldades apresentadas no processo de alfabetização de ambos os descendentes, relacionadas ao impedimento de dominar o português brasileiro. A primeira é relacionada ao depoimento de Siqueira:

[...] não, é gozado, eu nunca, nunca tive esse problema, eu sempre, sempre fui aluno estudioso, né, graças à Deus. Sempre fui um aluno privilegiado, sempre os primeiros lugares sempre foram meus, né, então eu nunca, eu nunca tive esse problema não, nunca tive (SIQUEIRA, 2018).

Johnson respondeu assim a mesma pergunta:

Lembro-me que eu imaginava, na [escola] Barão dos Solimões, que quando a professora falava, eu imaginava “o que essa mulher está falando que eu não entendo”, [...] geralmente os meus colegas entendiam tudo (JOHNSON, 2018).

Podemos identificar o antagonismo nas escolas em Porto Velho por volta das décadas de 1940/1970, durante o processo de alfabetização desses dois descendentes. Neste caso, ambos estudaram na Escola Barão dos Solimões durante a infância. Essa escola recebeu os primeiros filhos da imigração afro-antilhana, os falantes do *bajan*, um dialeto derivado do inglês. Aprenderam a escrever e falar primeiramente o inglês em casa, herança linguística trazida pelos antepassados e, posteriormente, o português, quando iam para escolas em Porto Velho.

Siqueira relatou que não teve nenhuma dificuldade com a língua na escola, mas Johnson afirmou não compreender o português nos primeiros tempos na escola. É possível que tenham se alfabetizado, portanto, em inglês, em casa, e na escola aprendiam o português falado e escrito, como língua segunda. Eles afirmaram que primeiramente falavam a língua inglesa, conforme relato feito por Siqueira e reafirmado por Johnson. Ao se referir ao inglês referiam-se, na verdade, ao *bajan*, sua língua primeira, dialeto inglês por eles aprendido no Caribe.

² É oportuno esclarecer que os colaboradores são primos da pesquisadora Cledenice Blackman.

Na realidade só entre nós era só o inglês né, entre nós só inglês, agora quando, quando, quando aparecia, chegava alguém, sem ser da família aí tinha que a gente falar o português, né. Mas, entre nós, os familiares, era sempre foi só o inglês, sempre foi só o inglês (SIQUEIRA, 2018).

Portanto, é oportuno esclarecer que o processo de alfabetização no Brasil, mais especificamente em Porto Velho para imigrantes falantes de dialetos de língua inglesa foi constatado por meio da transcrição da entrevista concedida pelo descendente afro-antilhano **Samuel Augusto Siqueira** e pelo preenchimento de um questionário respondido pelo descendente afro-antilhano **Eduardo Saint Clair Johnson** (grifo nosso).

Nascido em 1940, Siqueira não delimita, como qualquer falante de línguas, se comunicava em português quando foi pela primeira vez à escola, mais ou menos em 1945, no final da segunda guerra mundial. Falante de seu dialeto em casa, encontrou na escola o processo de alfabetização em língua que não falava plenamente, nem bem se comunicava:

Quando eu comecei a falar o português exatamente eu não lembro porque por exemplo quando eu comecei eu fui estudar meu primário, eu fui pro Barão estudei no Barão dos Solimões em fui pra lá 1945 quer dizer eu tinha 5 anos quando fui pra lá estudar, né, e nessa época eu já falava um pouco do português né 1945. Quer dizer de português é a data que tenho como referência seria essa 1945, sei bem que antes lógico eu tinha que falar né senão porque como eu me adaptar lá no Barão (SIQUEIRA, 2018).

Não havia, como não há nos tempos atuais no Brasil, exceto nas regiões de fronteiras com os vizinhos latino-americanos, preocupações com a alfabetização de crianças falantes de língua estrangeira. Enquanto na Europa o fluxo migratório exige estudos e decisões, no Brasil, ainda pouco atingido pela onda de migrantes, não se debruça sobre o tema. Tanto lá, como aqui, há um imenso obstáculo colocado diante das crianças, criado pela premissa de que somente aprende a escrever quem pronuncia bem os sons da língua oral, objeto das aprendizagens, ou que tenha consciência fonológica. Crianças filhas de imigrantes sempre enfrentam o mesmo obstáculo como este apresentado para Siqueira e de Johnson em Porto Velho: o de se alfabetizar em uma língua estrangeira, sem ser dela um falante.

Johnson, mais jovem, nascido em 1962, viveu os mesmos problemas, mas com boa lembrança, relata ter aprendido português somente aos 7 anos, idade que coincide com seu ingresso em sala de alfabetização, mas se alfabetizava em casa, em inglês britânico, mas falando um dialeto caribenho:

Inicialmente, toda a minha aprendizagem da comunicação o oral se deu em casa. Aprendi a falar português com 7 anos de idade. Não havia necessidade de falar, nem de escrever. Eu só tinha contato com meus pais, irmãos e avós, falantes do inglês (JOHNSON, 2018).

Na escola, supostamente a professora acreditava estar alfabetizando Johnson, mas ali ele apenas começava a aprender a falar e a escrever uma língua estrangeira, o português, como as pequenas crianças brasileiras aprendem a falar e a escrever o inglês, em algumas escolas particulares, durante o processo de alfabetização centrado no português. Johnson já fora alfabetizado em inglês, mas falando o dialeto *bajan*: “O *bajan* é falado no Caribe, principalmente em Barbados, onde tive a oportunidade de falar e presenciar” (JOHNSON, 2018). Talvez a mesma situação tenha se dado com Siqueira, embora não tenha lembranças precisas. Sua entrevista, todavia, revela nuances desse processo de aprender a falar e a escrever duas línguas.

Na aprendizagem da língua escrita materna, uma visão pouco aprofundada, mas praticada em aulas de didática, considera ligações estreitas entre falar, ouvir, ler e escrever, como se todos os atos fossem praticados pelo aprendiz com a mesma performance. Em língua estrangeira, contudo, eles não estão no mesmo nível para um mesmo aprendiz. Com Siqueira ocorreu esse processo com

as duas línguas, situação que revela que falar bem não corresponde a escrever bem, nem ouvir bem a falar bem, nem a ler bem a escrever bem:

Não sei se você lembra mister Davis aqui na Barão do Rio Branco. Pois é, eu estudei inglês com ele, era meu professor particular de inglês mister Davis e eu nunca tive dificuldade nem no português e nem no inglês. É gozado por exemplo o português eu não sei falar, para falar eu falo pouco, mas agora para escrever graças à Deus eu escrevo bem, tanto assim que na firma todo o processo de redação, tudo que é defesa da firma, tudo quem fazia tudo, tudo quem fazia era eu a redação, o advogado só dava a forma jurídica, a essência toda quem fazia era eu. Até hoje eu não sei falar, mas escrever eu tendo tempo eu desenvolvo tranquilo (SIQUEIRA, 2018).

Siqueira revela suas dificuldades com a língua estrangeira, o português, porque, supostamente, não foi por meio da língua portuguesa que entrou no mundo da alfabetização, isto é, que transitou do mundo oral para o mundo gráfico, mas revela ter bom desempenho com o ato de escrever, mas não tanto com o ato de falar. Seu desempenho com a sua língua materna, entretanto, também não é por ele bem avaliado. Rigoroso consigo mesmo, aponta não saber escrever bem em inglês, por ter se distanciado de sua família em Porto Velho para estudar engenharia em Belém, por onze anos:

[...] inglês eu esqueci, mas escrevia e bem. O problema é o seguinte: eu passei 11 anos fora daqui, foi quando eu me desassociei de vez daqui acabei esquecendo. Porque lá em Belém a gente não falava e fiquei 11 anos lá praticamente sem falar o inglês lá (SIQUEIRA, 2018).

A comunidade barbadiana em Porto Velho era responsável pela preservação da língua inglesa, do dialeto *bajan* e da cultura barbadiana e britânica. Ao dela se afastar, seus membros passavam por um processo intenso de abasileiramento cultural e linguístico, como foi o caso de Siqueira. Era, na comunidade geograficamente localizada, composta por trabalhadores da estrada de ferro ou por engenheiros, que língua e cultura se mantinham. E com elas o processo doméstico de alfabetização. Siqueira enumera esses relacionamentos entre crianças brasileiras e barbadianas mediados pelo inglês, pelo *bajan* e pelo português:

Quando a gente encontrava por exemplo o pessoal, meus primos, os Johnson, ou o pessoal que falava inglês, aí eu falava inglês com eles também, fora disso, os colegas, os mais chegados, os brasileiros, eles não entendiam, então eu não tinha como me comunicar com eles em inglês, mas o pessoal os barbadianos, com eles, eu só falava com eles em inglês; raramente falava o português (SIQUEIRA, 2018).

A aprendizagem da língua portuguesa nas escolas de Porto Velho garantiu a trajetória intelectual e profissional de Siqueira, mas a cultura barbadiana teve papel fundamental em sua formação:

Rapaz tinha um bocado [de barbadianos] ohh!! Mister Sindole lá no Triângulo tinha o pessoal dos Shockness, os Chalender moravam defronte de casa, Mister Julien, da Estrada de Ferro, aqui já no centro os meus primos, os Johnson, o pessoal do Leônidas que era carnavalesco [...] mas, tinham muitos barbadianos, muitos barbadianos, tinha mister Bi, por enquanto eu lembro desses mesmo, mas tinham muitos barbadianos, muitos, a maioria, todos já foram embora, Mister Jack, Mister Maloney já morava lá dentro do Triângulo [...] é rapaz, acho que acabaram os barbadianos do Triângulo (SIQUEIRA, 2018).

O processo de aportuguesamento dos nomes e a redução progressiva da cultura barbadiana em Porto Velho, com ela o dialeto do inglês, não é até hoje bem aceito por Siqueira:

Não, não lá [em Belém] eles continuam *Squires*, lá não tem Siqueira não, lá todo mundo é *Squires*; só o papai aqui, que eu não sei se é verdade, se isso a história que eu sei, não sei se por isso, que as pessoas tinham dificuldade de escrever *Squires*, aí Siqueira aportuguesou; para eles ficou mais fácil, mas para nós infelizmente custou muito caro, nós perdemos nossa raiz, nós perdemos nossa raiz. Eu, se fosse eu, hoje, eu não deixaria não! Vocês vão dar um jeito de aprender a escrever meu nome como ele é! Por quê? Porque eu tenho que me adaptar a vocês e vocês não se adaptarem a mim? Não!! Muita coisa, né, e a nossa origem, aonde que fica? (SIQUEIRA, 2018, grifo nosso).

Como todos os povos que migram em busca de trabalho, os afro-antilhanos conseguiram manter sua cultura durante um longo período em Porto Velho, mas o declínio da estrada de ferro e a ruptura do fluxo entre o país de acolhimento e a terra natal levaram-nos, pouco a pouco, a um processo de rarefação de sua cultura, de sua língua, de sua própria identidade e dos nomes familiares.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo elaborar uma contextualização histórica concisa, ao destacar alguns motivos que possibilitaram o processo migratório no início do século XX das Antilhas Inglesas para o Brasil, mais especificamente para Porto Velho. Analisamos como se procedeu o processo de abasileiramento, visando identificar as dificuldades vivenciadas por dois descendentes de afro-antilhanos durante duas décadas distintas, ou seja, 1940 e 1970 quando iniciaram o processo educacional em língua portuguesa nas escolas em Porto Velho. Porém, a fase de alfabetização por intermédio da memória destes descendentes pertencentes à comunidade afro-antilhana teve seu desenvolvimento social e pedagógico primeiramente vinculado à língua inglesa (materna) e posteriormente em português (segunda língua).

Poucos trabalhos no campo da aprendizagem da linguagem e da alfabetização foram dedicados aos afro-antilhanos em Porto Velho. As pesquisas de natureza histórica que possam contar com a participação de descendentes que vivenciaram o processo migratório nos anos iniciais já não é mais possível, mas alguns das gerações posteriores, como Siqueira (Squires) e Johnson, podem ainda testemunhar esses acontecimentos pouco desvelados da história de afro-antilhanos vindos com os trilhos da Madeira-Mamoré.

Referências

A CRÔNICA. **Caribexaba**. Disponível em: http://www.acronica.com.br/colunistas_paulo_depaula_caribexaba.htm. Acesso em: 15 de dez. de 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese**. Rev. bras. polít. int. vol.44 no.1 Brasília Jan./Jun 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008>. Acesso: 03 de jan. de 2015.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BLACKMAN, Cledenice. **Os Barbadianos e as contradições da Historiografia Regional**. Monografia (Bacharelado em História). Fundação Universidade Federal de Rondônia –UNIR. Porto Velho, 2007.

_____. **Do mar do Caribe à beira do Madeira**: A comunidade antilhana de Porto Velho. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2015.

_____. **A imigração afro-antilhana inglesa para o Brasil, trabalho e memória.** P. 901-910. In: Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (Organizadores). Migrações Sul-Sul. 2ªed.Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó Nepo/Unicamp, 2018.

_____. **A imigração afro-antilhana para o Brasil, historiografia e identidade.** In: Verônica Aparecida Silveira Aguiar. (Org.). O lugar da história e dos historiadores nas Amazônias. V. I, p. 1-350 Ed. Macapá: UNIFAP, 2018.

_____. **Do mar do Caribe à beira do Madeira:** Historiografia, cultura e imigração. I. ed. Appris: Curitiba, 2019.

BOLOGNINI, Carmen Zink; PAYER, Maria Onice. **Línguas Estrangeiras, Línguas de Imigrantes.** 2005. Disponível em: <<http://www.brazil-brasil.com/content/view/393/78/>>. Acesso em 13 de junho de 2014.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré.** História Trágica de Uma Expedição. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. Editora: Brasiliense. Série 5ª. Campanha Editora Nacional, 1947.

DIAS, Tatiana. **ENTENDA um pouco sobre:** Nacionalidade, Cidadania e Naturalização. Publicado em 30 de mar. de 2008. Disponível em: <<http://www.sairdobrasil.com/2008/03/30/entenda-um-pouco-sobre-nacionalidade-cidadania-naturalizacao-dupla-nacionalidade-dupla-cidadania/>>. Acesso em 18 de jan. de 2015.

DUBOIS, Philip. **Cartas em inglês sobre a década de 40 em Porto Velho.** [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cleideblackman@yahoo.com.br> em 05 de dez. de 2009.

FERREIRA, Hugo. **Reminiscências da Madmarmrlr e outras mais.** Porto Velho, s/ ed., 1969.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo.** São Paulo: Melhoramentos, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo. Centauro. 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade/** Stuart HALL; Tradução: Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro. 2006.

JOHNSON, Eduardo Saint Clair. **[Preenchimento do questionário elaborado por]** Cledenice Blackman. Porto Velho, 4 de set. de 2018.

JOHNSON, Norman Lucien. **Entrevista documentada encontrada no Centro de Documentação Histórica de Rondônia - CDH - RO.** Projeto Pró-Memória, 1981.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, Séculos XX e XXI).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2006.

_____. **Barbadianos, negros e estrangeiros:** trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2013.

MACPHERSON, John. **Caribbean Lands – A geography of West Indies.** Longmans, Green And CO LTD. 1963.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Editora Hucitel LTDA, 1997.

MENEZES, Nilza. **Chá das Cinco na Floresta**. Pesquisa Acadêmica. Campinas: Editora Komedi, 1998.

_____. **Gênero e Religiosidade na Comunidade Caribenha de Porto Velho, Rondônia**. Mandrágora. Nº 16, Unesp. São Bernardo do Campo. São Paulo. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/viewFile/2000/2012>>. Acesso em 21 de set. de 2014.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas** ||. In. SOCIUS, Nº 11, Lisboa, 2004.

POUCO se sabe da presença negra no Acre. Base de Dados. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/pagina20/20112004/p_0220112004.htm>. Acesso em 27 de nov. de 2006.

SANTILI, Marcos. **Madeira - Mamoré: Imagem & Memória**. São Paulo: Empresa Vilares, 1987.

SIQUEIRA, Samuel Augusto. **[Entrevista concedida a] Cledenice Blackman**. Porto Velho, 3 de out. de 2018.

TOMLINSON, H. M. **The Sea and Jungle**. 1912. Disponível em: <<http://www.ibiblio.org/eldritch/hmt/hmt.htm>>. Acesso em: 20 de out. de 2014.

Recebido em 16 de fevereiro de 2020.

Aceito em 19 de março de 2020.